

Ser analista na contemporaneidade: Pero sin perder la ternura jamás

Being an analyst nowadays: Pero sin perder la ternura jamás

Camila Braz Padrão*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir dois aspectos da cultura contemporânea: as novas configurações familiares e a valorização do discurso das ciências, em sua articulação com o declínio da função paterna e a crise de autoridade. Promoveremos então uma reflexão a respeito destes aspectos em relação à chamada crise da psicanálise, o que nos convoca a uma redefinição a respeito do “ser analista hoje”.

Palavras-chave: Cultura contemporânea, configurações familiares, função paterna, discurso científico, clínica psicanalítica.

Abstract: *This paper has the goal to discuss two aspects of the contemporary culture: the new familiar configurations and the valuation of the science speech, in its articulation with the decline of the father by function and the authority crisis. We will promote a reflection of these aspects towards the so called psychoanalysis, crisis, which evoke us to a re-definition about “being an analyst nowadays”.*

Keywords: *Contemporary culture, familiar configurations, father function, science speech, psychoanalytic clinic.*

* Psicóloga Clínica, Especialista em Psicoterapia de Crianças e Adolescentes/IFF-FIOCRUZ, Terapeuta do Instituto Cultural Freud; Associada ao Fórum/CPRJ.

Introdução

Muito se tem ouvido falar acerca da prática da psicanálise a partir dos novos quadros clínicos que se apresentam nos dias atuais. As discussões a este respeito englobam desde as repercussões da cultura contemporânea sobre os sujeitos com a formação dos chamados novos sintomas, até a questão primordial da ética da psicanálise e seus limites frente a um novo mundo. Mas de que forma a cultura contemporânea tem incidido sobre a constituição dos sujeitos? E a psicanálise? Como fica mediante estas novas configurações psíquicas próprias à nossa época?

Ao traçarmos uma cartografia da cultura contemporânea, podemos verificar que ela constitui em si mesma uma experiência desestabilizadora, cuja precariedade é autorizada pelo discurso da ciência e pela mídia, que veiculam transformações constantes dos saberes e produtos, onde tudo é efêmero, volúvel e imediato. A própria temporalidade da cultura contemporânea parece atropelar os sujeitos com suas exigências de performance e imediatismo, sujeitos estes que tem ainda que dar conta das exigências pulsionais do aparelho psíquico. Sujeitos do transbordamento constituem os casos-limite, e evidenciam os limites da representação e da simbolização.

Essas e outras pertinentes questões nortearão este trabalho, na medida em que buscaremos discuti-las a partir de certos aspectos da cultura contemporânea que buscamos destacar em nossa análise, a saber: as novas configurações familiares em sua articulação com o declínio da função paterna; bem como a própria valorização do discurso das ciências, procurando destacar brevemente de que maneira este se opõe ao discurso psicanalítico.

Por fim, a partir de tais fatores, promoveremos uma reflexão a respeito da chamada crise da psicanálise frente às demandas feitas aos analistas nos dias atuais, as quais nos convocam a uma redefinição a respeito do “ser analista hoje”

As novas configurações familiares

Com a finalidade de melhor compreendermos os aspectos da cultura contemporânea e sua influência na formação das novas subjetividades que se apresentam na clínica psicanalítica nos dias atuais, parece-nos impreterível dedicar-nos por um momento à análise da família em suas novas configurações. Para este fim, procuramos nos deter na contribuição de dois autores no que concerne a importantes concepções quanto à definição e organização do que aqui denominamos família, bem como as transformações por ela sofridas ao longo do tempo.

Segundo Osório (1989), muitas vertentes antropológicas definem a família como “uma unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais: aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) (p. 28)”. Trata-se da família nuclear burguesa, herdeira da revolução industrial, que consiste na família urbana do mundo ocidental da atualidade. Esta abreviada definição nos parece necessária para que melhor possamos situar a que família a qual estamos nos referindo, e possui, acima de tudo, uma finalidade didática para o melhor desenvolvimento e entendimento de nosso trabalho.

Outra importante apreciação do autor se dá em relação a uma distinção da família ao longo dos tempos, segundo a concepção de Margareth Mead (*apud* Osório, 1989), que as classifica de acordo com o tipo de relação entre seus membros da seguinte maneira:

Primeiramente, temos as culturas pós-figurativas, nas quais a autoridade está no passado. São marcadas por uma preservação dos valores e saberes dos antepassados e se definem pelo mito do ancião.

Em segundo lugar, vêm as culturas co-figurativas, onde há uma reciprocidade de influências entre as gerações. Com o domínio das novas tecnologias, os jovens são mais valorizados e detentores de uma parcela considerável de poder. É o mito do adulto produtivo, em que o jovem é valorizado por este por seus conhecimentos. Este é o modelo predominante no mundo atual.

Por último, se revelam as culturas pré-figurativas. Nelas, o futuro não é mais visto como a simples continuação do passado. O futuro possui, nestas culturas, uma identidade própria. Com elas, se inicia o mito do poder jovem. Eles são símbolos do futuro e dominam as tecnologias que “fazem o mundo girar”. São as culturas do século XXI, onde os jovens são detentores de uma grande parcela de poder no mundo do trabalho e não apenas nele. Exercem na família, a função de mediadores entre as gerações precedentes e a sociedade “globalizada” da atualidade. Fala-se, assim, em uma tirania dos filhos ou filio-cracia. Deste modo, a consciência cibernética veio gradativamente – talvez nem tão paulatinamente assim – a substituir a consciência histórica, representando uma reviravolta na concepção de tempo.

Todas estas formas de organização cultural familiar coexistem na atualidade. Contudo, privilegiaremos a organização familiar pré-figurativa, da qual já podemos nos dizer protagonistas, e da qual nossas futuras gerações do século XXI serão herdeiras.

Estas transformações apontadas pelos autores estão para além das relações de poder. Definem novas funções sociais aos membros de uma família,

determinam sua dinâmica e não se encerram nos núcleos familiares individuais, trazendo conseqüências para a sociedade como um todo.

Este nos parece um ponto importante para nosso estudo, na medida em que representa uma costura entre os fatores que queremos destacar: as novas configurações familiares e a valorização do discurso científico em sua articulação com o declínio da função paterna e da autoridade. Nos deteremos neste momento, numa análise a respeito das novas organizações familiares próprias de nossos dias, e adiaremos nossa discussão a respeito do discurso científico, pontos que mais adiante articularemos com o lugar da psicanálise e do analista nos dias de hoje.

No bojo desta discussão a respeito da chamada crise da família moderna, encontra-se evidentemente, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a revolução sexual e feminista dos anos 70.

Hugo Mayer (1997) nos proporciona uma importante reflexão a partir de suas contribuições sobre a saída da mulher para o mercado de trabalho e as conseqüências do movimento feminista para a família moderna.

Historicamente, desde os povos primitivos, devido à necessidade de sobreviver frente aos perigos da natureza, surge uma divisão de trabalho entre os sexos. O homem tinha a função de legislar, de normatizar a família e a comunidade. Ele se ocupava da educação e da proteção dos filhos, enquanto a mulher alimentava e fornecia os cuidados primários, mantendo-se próxima, presente na ausência do pai que saía com o intuito de trazer o alimento.

O autor nos diz que, com a revolução industrial, vem a necessidade de ingresso das mulheres e filhos no mercado de trabalho. Esta é fortalecida nos dias atuais pela necessidade de aumentar a renda familiar. A entrada da mulher no mercado de trabalho, segundo o autor, encontra suporte na própria valorização do papel da mulher pela igreja católica no culto à Virgem Maria, e certamente, só pôde se dar a partir da revolução sexual e feminina dos anos 70.

No que diz respeito à organização familiar é fácil constatar que as mulheres não podem dar conta do cumprimento de tantas funções sociais, e acabam por se afastar cada vez mais da vida doméstica, deixando em seu lugar fracos substitutos de sua função maternal ou apenas um imenso vazio.

No que concerne mais diretamente à relação conjugal, a realidade que se apresenta é a de homens e mulheres que rivalizam cada vez mais, numa busca desenfreada e muitas vezes sem sentido, por poder e autoridade. Atolados de exigências e responsabilidades, seu encontro é marcado pelo desencontro, não apenas físico em função de compromissos profissionais, mas também no ponto de vista da relação amorosa. A solidão a dois assola os casamentos, e nestas

circunstâncias, aumentam os divórcios e adultérios, e a luta entre os sexos fica cada vez mais acirrada.

A família nuclear burguesa fora, portanto, substituída por uma série de novas configurações, e desta forma, não mais se resume a um pai que trabalha fora, uma mãe que é dona de casa e aos filhos desta união. As novas conjugalidades são intensamente marcadas por uma seqüência de divórcios, pela infidelidade autorizada, por casamentos de fachada, casamentos homossexuais, e pela entrada de uma gama de novos sujeitos no núcleo familiar, como avós, tias e até mesmo vizinhas. Estes filhos são filhos de mães solteiras, ou de pais que tem muitos filhos com muitas mulheres diferentes. Muitas vezes possuem irmãos cerca de vinte anos mais novos, que por sua vez, serão tios de seus filhos.

O declínio da função paterna

Finalmente chegamos a um ponto fundamental de nosso estudo: a função paterna. Diante destes típicos quadros familiares e da ausência da figura materna no seio da família moderna, o que podemos dizer da ausência paterna, e para além dela, do declínio da função paterna tão crescente nos dias de hoje?

É importante ressaltarmos aqui a abrangência do conceito de *função paterna* em psicanálise. Ao citarmos a expressão *declínio da função paterna*, mais do que o ponto mais evidente que buscamos enfatizar a respeito do lugar do pai nas novas configurações familiares, estamos obviamente nos referindo ao não lugar da alteridade e à desvalorização das instituições e das figuras de autoridade nos dias atuais. Neste sentido, sabemos que a importância da função paterna em psicanálise reside no fato da mesma constituir essencialmente uma função normativa, que se inicia na função legisladora e interditora do pai no seio da família, mas não se encerra nela.

Então, a partir nossa análise sobre as novas configurações familiares, como um exemplo que privilegiamos a respeito do declínio da função paterna, podemos ver a importância do pai enquanto aquele que encarna e representa a lei; assinala as fronteiras entre o permitido e o proibido. É ele o promotor dos limites que ordenam, protegem e esclarecem. Mas como pensar, sentir e falar sem o exercício estruturante de uma função interditora que atue sobre as imperativas pulsões inconscientes? Como não ser tomado por este pulsional disruptivo sem que haja um Outro para realizar uma mediação, dar um sentido, ajudar na elaboração destes conteúdos? A função paterna nos remete, portanto, à lei e às origens. Ela estabelece os limites, a fronteira entre o certo e o erra-

do. Provê o sujeito de valores na medida em que representa a autoridade e lhe serve de modelo identificatório. Os filhos precisam de limites ordenadores para seu crescimento. Mas quem os estabelece hoje? Com que autoridade?

É nítida a confusão de papéis e de relações pessoais que aí se configura. Sujeitos que não conseguem sequer se nomear nesta complexa rede de relações familiares. As questões que se colocam nesse momento para estes jovens, mesmo sem que tenham consciência delas, são de crucial importância: Quem são meus pais? Que adultos realizam em minha família o papel da maternagem ou a função paterna? Quem representa a lei? A quem devo obedecer? Com quem me identificar? Esta ausência parental não apenas física, mas, sobretudo simbólica é certamente devastadora do ponto de vista psíquico para essas subjetividades próprias do contemporâneo.

Tais questões também se apresentam para nós na tentativa de compreendermos como se formam essas subjetividades, frente a oferta de múltiplos referenciais identificatórios de uma sociedade globalizada que reproduz em mais ampla escala esta dinâmica.

Portanto, o que se verifica na família moderna, é que o pai reina reduzido à sua expressão mínima, e o faz para além do seio da família. Afetivamente órfãos de uma figura paterna forte, respeitável e protetora, sem uma mãe tolerante e presente, os filhos ficam à deriva. Sem mediação para processar adequadamente suas moções pulsionais, se intensifica o excesso pulsional e a compulsão à repetição que assola os jovens na atualidade.

Cultura contemporânea e as novas formas de subjetivação

É neste contexto, então, que se dá a constituição das novas subjetividades. Birman (2001) caracteriza o contemporâneo de forma a apontar importantes rupturas em relação aos primórdios da modernidade, afirmando que vivemos hoje numa época do esvaziamento de Deus e da interioridade, onde o que é valorizado restringe-se ao individual. Esse autocentramento do sujeito no eu, é efeito do próprio individualismo que impera em nossos dias, mas paradoxalmente, tem seu valor na exterioridade.

O autor considera as novas subjetividades de acordo com as teorias de Lasch (*apud* Birman, 2001) sobre a existência de uma “cultura do narcisismo” e de Debord (*apud* Birman, 2001), sobre uma “sociedade do espetáculo”, onde a razão de ser da existência é a exibição. Assim, o sujeito é marcado por uma exigência infinita da performance, a qual submete todas as suas ações. Ao se referir à cultura do narcisismo e do espetáculo, o autor aponta a mídia como

agente na produção destas subjetividades autocentradas. Ela seria a própria “cultura da imagem”, donde se dá a “hegemonia da aparência”.

Frente a estes “novos quadros clínicos”, novas demandas vêm sendo colocadas aos psicanalistas, como, por exemplo, o que eles tem a dizer sobre os chamados novos sintomas: depressão, manifestações psicossomáticas, drogadicção, hiperatividade, distúrbios alimentares. Segundo Birman, há uma fragmentação da subjetividade, e esta fragmentação não é apenas uma nova forma de subjetivação, mas a matéria-prima por meio da qual estas variadas modalidades de subjetivação são forjadas. Trata-se de subjetividades marcadas pelo “fracasso do indivíduo em realizar a glorificação do eu...” (p. 166). Indivíduos mergulhados numa exigência de performance no “palco da vida” e fundados no fracasso de sua participação na cultura do narcisismo, o que gera modalidades negativas de subjetividade.

Em consonância com as idéias de Birman, Maia (2003) nos chama atenção para as novas formas de sofrimento psíquico, afirmando que estas apontam para “graves feridas no plano do narcisismo” (p. 14). São indivíduos marcados por um “esvaziamento da interioridade, empobrecimento lingüístico e fantástico, ou até mesmo um certo anestesiamiento diante de si e do mundo” (p. 19), cujos sintomas aparecem “quando há risco de ruptura narcísica”, buscando assim a “preservação da unidade narcísica, de contenção de uma dor psíquica (...) inassimilável - capaz de levar o sujeito à fragmentação” (p. 20).

Neste contexto, podemos tomar como exemplo grande incidência das adições na atualidade: uma busca pela droga e outras saídas compulsivas, numa tentativa desesperada de ocupar o lugar vazio dos pais faltantes, do qual falamos anteriormente. Lugar este que também não encontra correspondente simbólico na cultura que dê conta desta função. Deste modo, o sujeito se constitui na falta, o que o lança em busca de substitutos simbólicos fadados ao fracasso. O uso compulsivo da droga se insere numa busca de completude, do preenchimento de um vazio narcísico. A droga representa o proibido numa cultura sem lei. Marca uma relação absoluta do sujeito com o objeto; absoluta no sentido de que não há mediações. É o objeto único, e não aquele que vem no lugar do outro, denunciando um deslocamento, como nos dizia Freud. Ela surge como uma tábua de salvação, e é introduzida numa lógica própria do contemporâneo: a da satisfação imediata, sem intervalos e que não pode esperar.

Trata-se, assim, de sujeitos irremediavelmente marcados pelo desamparo, tomados por um intenso sentimento melancólico, afundam-se em graves quadros depressivos, onde são dominados por uma sensação de impotência e so-

lidão, frente ao esvaziamento narcísico pleno, próprio de filhos do desamparo. Encontram assim, a falácia das soluções imediatas e milagrosas, típicas do contemporâneo, que supostamente representam a cura de todos os males.

Quando os referenciais da lei paterna se esvaem, mais do que uma sensação de liberdade, o que fica é um intenso sentimento de desamparo, um vazio intolerável. Neste sentido, podemos localizar a grande incidência das passagens ao ato nos dias de hoje, onde o sujeito, numa tentativa precária de dominar o excesso pulsional que lhe acomete e que não encontra mediação no Outro, procura sair de seu lugar de passividade e assumir uma posição ativa, numa busca desesperada e solitária de dar fim à angústia e ao desamparo que lhe acompanham veladamente.

Nesta lógica apressada do contemporâneo, não há tempo e aos sujeitos, não é permitido ficar triste, e seguindo as leis do mercado, as tais soluções milagrosas se apresentam e são engendradas pela mídia. É preciso exercer uma série de papéis sociais e quem fica parado sofrendo não tem mesmo como dar conta de tantas exigências, de modo que o sujeito que sofre é considerado fraco e doente. Ficar triste diante de uma oferta tão numerosa de produtos e serviços que prometem prazer e alívio imediato, não parece mesmo fazer sentido. É a lógica do *delivery*, que promete levar até você tudo que a tecnologia já inventou, o que se expressa na máxima “Seus problemas acabaram!”

Podemos agora voltar ao ponto que havíamos adiado a respeito das culturas pré-figurativas que tem como marca o mito do poder jovem. Como já dissemos, tal configuração familiar própria dos dias de hoje tem como correlato a falência das instituições, agora marcadas por uma função radical de controle social e punição; a desvalorização do saber dos mais velhos, agora destituídos de valor frente ao poderio do saber tecnológico dos jovens; e o desaparecimento de figuras de autoridade, como o padre e o professor, que num dado momento representavam um outro identificador, um pressuposto da identidade. A este respeito, Birman nos aponta que “o desamparo humano provocado pelo fim das utopias aumentou em muito o desespero e a busca de soluções aliviadoras pelas individualidades” (p. 35).

Todos os pontos que até aqui procuramos privilegiar se articulam entre si, de modo que se engendram mutuamente, o que talvez contribua para uma dificuldade quase natural de entendimento que aponta para um impossível, como por exemplo, definir quem veio primeiro, o ovo ou a galinha. O que queremos dizer, é que o não lugar da alteridade e da autoridade é engendrado pelo declínio da função paterna, assim como este último, engendra a queda da autoridade paterna em termos simbólicos na cultura contemporânea.

De uma forma ou de outra, a crescente valorização do discurso das ciências veio certamente a contribuir de maneira radical para este quadro que acabamos de pintar, como veremos mais detidamente agora.

Discurso científico x Discurso psicanalítico

Sonia Alberti (2009) destaca a necessidade de vir a público defender o lugar da psicanálise no mundo e afirma que de certa forma isso faz parte da história da psicanálise desde sua origem. A autora chama atenção para “os fundamentos que especificam e particularizam a psicanálise em relação a todos os outros campos de saber e de prática, numa luta vigilante pela singularidade de seu discurso... (p. 9)”. Neste sentido, nos parece imprescindível definir a singularidade do discurso psicanalítico, em oposição ao discurso científico, e o faremos usando como ponto de interesse sua relação com a verdade e seu caminho até ela.

Para a ciência a verdade é dogmática, embora possa logo vir a ser substituída por outra, mais coerente e comprovada segundo uma metodologia objetiva, precisa e segura de observação e investigação. Por mais que tenha vida curta, após sua validação por meios científicos, tem *status* de verdade absoluta, até que se prove outra coisa, até que se chegue numa outra verdade que venha a substituí-la. Neste sentido, é marcada pela neutralidade, pela quantificação e pela razão cartesiana.

A psicanálise possui uma outra relação com a verdade, que para ela é sempre transitória e é verdade inconsciente. Ou seja, para a psicanálise, não existem as “condições normais de temperatura e pressão”. Ela não possui objeto de estudo singular, metodologia com base em quantificações, procedimentos padrões e controle de variáveis. Na psicanálise, nada se prova, tudo se transforma, sem que se possa ou procure prever.

Como nos dizia Freud a psicanálise é leiga, mas não no sentido de um não saber, mas de um saber do inconsciente, que com suas leis próprias, inaugura uma nova modalidade de laço social. Na clínica psicanalítica o lugar do analista difere essencialmente do lugar do psicoterapeuta das outras modalidades clínicas. O analista não ocupa uma posição de guardião da verdade, de guia, de mestre. Ele lida com alienação do sujeito, que nas ciências é objetivado com técnicas e aparatos, não ocupa uma posição de neutralidade e não dá garantias. Pelo contrário, o analista é aquele que está de corpo, alma e inconsciente na relação transferencial, e se oferece enquanto pessoa total nesta modalidade de laço social exclusiva da psicanálise de modo a afetar e se deixar afetar pelo encontro analítico com seu paciente.

É essencialmente o que incomoda a ciência que interessa ao psicanalista: o que é da ordem do rateio, do não dito, das entrelinhas. O que se insere na lógica inconsciente de um saber sobre um não saber. E neste sentido, muitas são as oposições que se desdobram desta diferença essencial. Oposições com relação a temporalidade, ao registro, à condução do tratamento na direção da cura ou de uma gestão, dentre tantas outras.

Considerações finais

Ao longo do presente trabalho buscamos destacar alguns aspectos da cultura contemporânea que incidem diretamente sobre o lugar da psicanálise nos dias atuais, o que nos convoca a um posicionamento ético de resgate e defesa do saber do inconsciente e da psicanálise enquanto ética do cuidado em detrimento de soluções apresentadas como milagrosas frente ao mal estar próprio de nosso tempo.

Como defender o lugar da psicanálise numa sociedade globalizada, marcada pelo mito do poder jovem, tecnológico e científico e por uma desvalorização do impreciso, do subjetivo? Como reagir aos ataques ao desejo e a todos aqueles que confrontam de alguma maneira a lógica do mercado, calcada na verdade dogmática, na qual só se poderia chegar a partir do método científico?

Muito de tem discutido a respeito dessas e de outras questões as quais podemos articular à chamada crise da psicanálise. Afinal, a psicanálise está acabando? Ou podemos pensar numa nova psicanálise?

Sabemos que historicamente a psicanálise teve seu lugar na época da família patriarcal. Então, numa época marcada por uma ausência radical da lei paterna, como fica a psicanálise? Que efeitos esta ausência traz para a clínica? Que atitude a psicanálise deve adotar frente ao declínio da função paterna no contemporâneo? Se ela depende da figura do pai, como continuar sua existência? A este respeito, algumas concepções procuram destacar que a clínica contemporânea deve ser pensada hoje como derivada da função materna, na medida em que sua demanda de acolhimento se torna mais evidente frente ao desamparo no qual estão mergulhados os sujeitos contemporâneos, conforme destacamos em nosso trabalho.

Acreditamos que a clínica, hoje, talvez seja apenas uma nova clínica derivada das duas funções acima citadas, o que nos convoca, enquanto analistas, ao desafio de criar este espaço muitas vezes não reconhecido, e a ocupar transferencialmente este lugar de modo a promover um resgate da alteridade enquanto Outro, da função materna enquanto acolhimento, da função paterna

enquanto lei, e ainda, inserindo estes sujeitos contemporâneos no discurso do desejo e do inconsciente.

Nossa reflexão não procura responder estas questões, essencialmente sem reposta segundo o discurso do inconsciente do qual a psicanálise se constitui. Mas nos faz lembrar que o próprio Freud definiu a psicanálise enquanto um ofício impossível, o que nos leva a certeza de que a clínica precisa alterar-se, problematizar seus limites e estar sempre repensando sua prática com as rápidas e constantes mudanças culturais do contemporâneo, *pero sin perder la ternura jamás*.

Tramitação

Recebido em 23/07/2010

Aprovado em 10/08/2010

Camila Braz Padrão

e-mail: camilapadrao@globo.com

Referências

ALBERTI, S. *et al. Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação*. São Paulo: Casapsi Editora, 2009.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAIA, M. S. *Extremos da alma: dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MAYER, H. *Adicciones: um mal de la posmodernidad: teoria, clínica, abordajes*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1997.

OSÓRIO, L. C. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.